

A migração para Rondônia (Brasil) pós década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais

Lilian Maria Moser

Universidade Federal de Rondônia
Porto Velho - Rondônia - Brasil
lilian.msr@gmail.com

Eduardo Servo Ernesto

Universidade Federal de Rondônia
Porto Velho - Rondônia - Brasil
eduardoernesto1010@gmail.com

Resumo: A construção do conhecimento neste trabalho está consubstanciada no norte teórico-metodológico dos Estudos Culturais, que evidencia o estudo da cultura como reflexão das experiências socialmente construídas e compartilhadas em um grupo social. Pelo viés das questões políticas, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como posicionamentos e discursos sobre a Amazônia, em diferentes temporalidades, estão ligados a interesses de grupos civis e políticos, suscitando ações concretas no campo do social que acabaram por influenciar, direta ou indiretamente, o campo cultural em muitos momentos. Essas discussões estão presentes neste trabalho na busca de compreender como experiências culturais de migrantes centro-sulistas pós década de setenta construíram em Rondônia um discurso ufanista de pioneirismo, em sua memória social, contrário à compreensão e à experiência dos atores sociais de uma Amazônia múltipla, vivenciada de forma distinta em sua espacialidade. Paralelo a esse elemento, discutem-se as causas sociológicas da migração para Amazônia/Rondônia, evidenciando que estão ligadas à manutenção da configuração fundiária no Brasil pós 1964.

Palavras-Chave: Migração. Rondônia. Culturalidades. Estudos Culturais

Introdução

O presente trabalho tem a finalidade de discutir aspectos da construção de práticas sociais e culturais que ocorreram a partir da migração para Rondônia, na Amazônia ocidental, após a década de setenta. Desde então, o estado de Rondônia foi majoritariamente composto por uma população de migrantes, que se deslocou de várias regiões do país, criando, com base nesse objeto sociológico, práticas de representações, identificáveis em seus discursos políticos e em aspectos da cultura, correlacionados com o contexto político da migração.

Assim surge a proposta deste artigo, na qual são construídas três problematizações por meio do norte teórico metodológico dos Estudos Culturais com relação às estruturas que geraram a migração para Rondônia, as práticas culturais do grupo social que se deslocou para esse estado e as relações interétnicas entre migrantes e grupos já sedentarizados na região. Procuraremos atingir três objetivos básicos em nosso texto.

Primeiramente, pensar como em distintas temporalidades a região Amazônica foi palco de diferentes intervenções por parte de projeções do Estado, gerando determinados conflitos e choques culturais, e propor uma discussão com base nas noções de temporalidade e espacialidade, elementos chamados de Historicidades Amazônicas. Sob esse viés, trabalhar-se-á com as categorias de pensamento de Loureiro (2001), Martins (1986), Teixeira (1999) e Tedesco (2004).

Em segundo lugar, compreender de que forma as práticas discursivas, portanto políticas, do Estado brasileiro, pós década de setenta, que objetivavam manter a dinâmica fundiária nas regiões do nordeste e centro-sul do Brasil – o latifúndio – construíram projetos de colonização para a região Amazônica, entre os quais se destaca, na Amazônia ocidental, o Projeto Integrado de Colonização - PIC Ouro Preto. (BECKER, 1990), (IANNI, 1979), (BASSEGIO; PERDIGÃO, 1992).

Por fim, discutir a forma de os migrantes vindos para Rondônia após essa década construírem e interpretarem essa espacialidade¹, através de significações e representações culturais já conhecidas e compartilhadas em sua memória, criando assim distinções na relação “eu” *versus* a manifestação humana já existente na região, (indígenas, ribeirinhos e seringueiros), com relação ao trabalho e à propriedade da terra, a partir dos posicionamentos teóricos metodológicos de Stuart Hall (2012) e Tedesco (2004) para compreensão/interpretação de uma cultura.

No que tange à migração para Rondônia, a maior parte dos autores que se debruçaram sobre o tema utilizaram a expressão *centro-sul* para denominar a região da vinda da leva migratória, a exemplo de Becker (1990) e Ianni (1979), que utilizam esse termo fazendo referência aos estados da região sul e sudeste do país. Neste trabalho, o mesmo termo é empregado para pensar sobre a trajetória desses migrantes que se deslocaram no quadro da migração para Rondônia. No entanto, é importante ressaltar

¹ Na geografia humana, existem várias definições para espaço e espacialidade; nesta discussão, utilizam-se as considerações do geógrafo Yi-fu Tuan (1980), quando diz que espacialidade está correlacionada ao sentimento de identificação de um dado grupo social a partir da experiência ocorrida em um espaço. Sendo assim, para ele a espacialidade está correlacionada também ao compartilhamento de uma cultura.

que não é o objetivo deste trabalho expressar uma forma de homogeneidade cultural nessa leva migratória, pois existem contraposições na origem desses grupos sociais que se dirigiram para esse estado.

No próprio trabalho de Becker (1990), comprova-se que a maior parte dos que chegaram ao referido estado, no período de 1970 e 1990, em sua maioria agricultores, migraram anteriormente pelo menos três vezes e não exclusivamente dos estados das regiões Sudeste e Sul do país, pois muitos tinham como origem regiões do nordeste do Brasil.

A migração desses agricultores para Rondônia revela também aspectos de conflitos sociais ocorridas nas regiões leste e sul do país, antigas fronteiras do café, ou áreas de mecanização para monocultura. Assim, a Amazônia foi vista como solução para as pressões sociais internas advindas da expulsão de pequenos produtores, também das regiões do Nordeste e do Sudeste, devido à implementação da modernização da agricultura (COSTA, 1981). Todavia, o que se pensa aqui é que mesmo com distintas origens esse grupo possui práticas culturais ligadas a um elemento comum – o trabalho na terra – e, a partir desse elemento social, compartilha também representações culturais comuns.

Ainda quanto à migração, sabe-se que nessa região e período se deu sob a interferência do estado² e foi iniciada a partir da década de 1970, momento em que, segundo Becker (1990, p. 148), o Estado com um perfil militar-civil procurou centralizar o poder de modo autoritário, promovendo políticas de integração nacional, fomentando, portanto, a migração para a Amazônia.

Nesse contexto, tornou-se fundamental o controle territorial na região, como no caso do primeiro projeto de colonização de Rondônia, o PIC Ouro Preto (Figura 01), com um núcleo urbano de apoio rural localizado às margens da BR-364, que deu origem à cidade de Ouro Preto do Oeste, elevada à categoria de município através da Lei N° 6.921, de 16 de junho de 1981, assinada pelo militar no exercício da presidência da República João Batista de Figueiredo (BECKER, 1990, p. 18).

Esse projeto de colonização serviu de efeito-demonstração para os demais em Rondônia, estratégia que se deu por meio de processos de planejamentos nos quais foram alocadas milhares de famílias.

² Sobre esse momento e temática na Amazônia, o NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA possui ampla discussão interdisciplinar. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/menu/263>>. Acesso em dezembro de 2015.



Fonte: INCRA/RO. Avaliação 10 anos do PIC Ouro Preto.1981.

Figura 1 – Localização espacial do PIC OURO PRETO.

Fonte: Mello, 2006.

Para a construção do conhecimento neste trabalho, buscou-se apoio em autores que norteiam os elementos teóricos da pesquisa em culturalidade e historicidade, entre os quais se destacam três conceitos fundamentais: o de *centralidade cultural*, para tentar compreender práticas culturais em circulação em um dado grupo social; o de *representação*, para entender a significação de práticas estabelecidas a partir de laços sociais; o de *identidade*, pela importância de se compreender a maneira que um dado grupo compõe visões de mundo e o compartilha.

Tomou-se como referência a noção de identidade formulada por Stuart Hall (2012), em que as identidades sociais são construídas a partir de representações dentro de discursos culturais, mostrando como um dado grupo vive e compartilha suas representações e visões de mundo. O processo evidenciado por Hall se relaciona de forma mais ampla com a centralidade da cultura na constituição da subjetividade e da pessoa como ator social que experiencia e compartilha uma cultura. Em outras palavras, significa dizer que as identidades culturais são construídas dentro do processo interior das representações culturais, sendo inerentes à própria cultura e não externa a ela.

O termo *Estudos Culturais* – EC é usado para se referir a uma forma de se fazer pesquisa acadêmica, na qual a cultura é discutida e analisada em múltiplos aspectos, privilegiando a interdisciplinaridade. Os Estudos Culturais também podem ser entendidos como centro de pesquisas com discussões teórico-metodológicas da chamada cultura de maioria, cuja gênese se deu na segunda metade do século XX, na Inglaterra,

e nas décadas seguintes se disseminaram em departamentos de universidades, no restante da Europa e nas Américas (EDGAR; SEDGWICK, 2003) (CEVASCO, 2003).

A partir dessa perspectiva, a problemática de pesquisa deste trabalho relaciona-se diretamente com a proposta epistemológica dos Estudos Culturais. A primeira delas, no dizer de Johnson (2004), relaciona-se à análise de formas subjetivas nas quais grupos humanos vivem suas realidades, a cultura aparecendo, então, como condição constitutiva da vida social na construção de símbolos e circulação de seus significados através da linguagem, sendo tarefa do pesquisador, no âmbito da cultura, decodificar esses significados, uma vez que funcionam em situações históricas concretas no ordenamento de cotidianos nos mais diversos grupos sociais.

Nas últimas duas décadas, História, Migração e Estudos Culturais têm se dedicado à análise da cultura em seus objetos, mais precisamente para entender como os grupos constroem e compartilham significados, podendo, assim, servir de apoio a este estudo enquanto matéria teórica de investigação, a fim de se compreender como os migrantes no interior de Rondônia interpretaram esse Estado, a partir de suas visões de mundo, bem como à análise de uma produção discursiva do Estado a respeito de políticas institucionais direcionadas à migração para Rondônia.

Essas representações culturais aqui aparecem na imagem construída sobre o trabalho e a terra. Para esses migrantes, Rondônia só é um estado que “deu e está dando certo” por conta da lógica cultural trazida por esse grupo social. Reside nessa prática discursiva e, portanto, cultural, uma diferenciação dos grupos sociais já existentes nessa região antes da década de setenta, como o seringueiro e o indígena, grupos socioculturais existentes nas áreas que se tornaram objeto de projetos de colonização.

Para os migrantes chegados a Rondônia pós década de setenta, os grupos já existentes na Amazônia não possuíam as condições que esses primeiros chamam de trabalho produtivo³, o que, então, justificou na percepção desses primeiros, a migração do centro-sul para Rondônia, com forte apoio do estado.

³ Este termo traz à tona uma discussão histórico-econômica complexa. Quem primeiro o pensa é Karl Marx (1978) e, para esse autor, seu significado está ligado à força de trabalho em produção capitalista que gera diretamente a mais-valia, sendo produto da força de trabalho que transforma algo em mercadoria. Aqui não se adota esse termo a partir dessa discussão de processo de trabalho, mas como uma discussão sociocultural, engendrada com base na obra de Tedesco (2010) que o emprega para pensar a agricultura familiar, caracterizada pelo controle da família sobre os meios de produção e, ao mesmo tempo, como principal responsável pela efetivação do trabalho, absorvendo toda a sua força de trabalho e garantindo a subsistência econômica. Geralmente, essa mesma unidade carrega um sentimento de pertencimento, posse e identificação, por meio de representações culturais sobre a propriedade e trabalho. Quem também problematiza essa questão é Abramovay (1998); para esse autor, as características culturais do campesinato no Brasil têm forte ligação com a base econômica da agricultura familiar, organizada na e pela família e, como resultante, estrutura a unidade de produção e consumo da propriedade. Ele ainda acrescenta que esse grupo é caracterizado pela lógica entre propriedade, família e trabalho, lógica que gera entre os indivíduos uma vida social que forma compartilhamento de valores e identificação.

Em outras palavras, se observa que para esses migrantes e em sua concepção, Rondônia só foi constituído estado graças a sua presença nesse espaço; na compreensão deles, a Amazônia era um “não lugar” e foi somente a partir de sua chegada e graças a sua experiência com o trabalho e a terra que a região pode ser vivenciada e considerada um lugar.

Nota-se, na oralidade desses migrantes que viveram a experiência da chegada a Rondônia pós década de setenta, uma visão negativa ao falar dos grupos humanos já presentes na região (indígenas e seringueiros) e esse imaginário negativo sobre outras culturas se relaciona à tentativa de assegurar a posse de sua propriedade rural, bem como sua presença na região em condição hegemônica.

Isso ocorreu, segundo Teixeira (1999), porque naquele momento houve um clima de antagonismo social em Rondônia, tendo em vista que tanto seringueiros como indígenas, de alguma forma, enquanto grupo civil, buscava uma representatividade do que entendiam como seus diretos e, em muitos momentos, indo até mesmo à Brasília tentar assegurar a demarcação de suas terras que estavam sendo configuradas como projetos de colonização agrícola pelo INCRA.

Esse quadro fez o migrante centro-sulista pós década de 1970 negar a existência deste “outro”, na tentativa de tornar a Amazônia um espaço vazio e eleger sua existência como predominante, configurando-se como uma forma também de garantir e justificar a posse de sua propriedade agrícola, amparada no discurso de trabalho produtivo.

Essa valorização escondeu uma relação muitas vezes tumultuada com outros grupos sociais, o que gerou em Rondônia muitos conflitos⁴ e, como diz Teixeira (1999), sangrentos sempre para o lado das populações tradicionais da Amazônia e brandos para os grupos que se identificavam com os objetivos agrários.

Amazônia ou Amazônia(s)?

Ao apresentar a proposta e as bases teóricas desta pesquisa, faz-se necessário refletir sobre elementos de historicidade amazônica, discutindo como a criação de

⁴ Ver: Documentário na trilha dos Uru eu wau, 1990, Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dzmjsuolRj8>>. Acesso em dezembro de 2015.

projetos se chocou e se choca até hoje com culturas de populações tradicionais⁵ nessa região, em diálogo direto com objetos e problemáticas pertinentes aos Estudos Culturais.

Com a compreensão de que uma das grandes características, senão a maior, da manifestação humana nesta espacialidade é o seu caráter heterogêneo, vem a percepção dos autores como pesquisadores de estudos amazônicos. Sobre essa percepção e a partir das leituras de Teixeira (1998) e Loureiro (2001), compreende-se que a Amazônia possui, em sua configuração tropical e úmida, uma série de grupos humanos que pensam e produzem mundos distintos, com significações e centralidades culturais distintas, fazendo com que cada grupo, seja ele o indígena, o seringueiro, o ribeirinho ou o próprio centro-sulista, que em sua maior parte não se considera amazônica, possua leituras diferentes sobre a produção e organização dessa espacialidade.

A problematização de diferentes culturas compartilhando um mesmo espaço, abruptamente, em muitos momentos, é evidenciada por Teixeira (1998), em estudo no qual chega à conclusão, como dito acima, de que em dadas especificidades os mais distintos atores sociais amazônicos entram em conflito, em muitos momentos sangrentos, quase sempre para o lado contrário da lógica civilizacional⁶. Tem-se a percepção de que essa lógica em Rondônia se relaciona à agropecuária, tanto no passado como no presente.

A partir da produção de mundos distintos, outro elemento marcante no espaço amazônico configura-se com suas múltiplas identidades, sendo pensadas neste trabalho a partir de Stuart Hall (2011), que as apresenta como sendo construídas com base em representações culturais que informam como um dado grupo vive e compartilha seus significados. Na Amazônia, ao dizer de Tocantins (1982), as identidades podem ser formadas pela maximização da relação com o meio ambiente ou, em outros casos,

⁵ Neste trabalho, emprega-se o termo Populações Tradicionais da Amazônia ao fazer referência aos indígenas, seringueiros, ribeirinhos e quilombolas. Ressalve-se que definir ou realizar correlações entre grupos sociais com culturas totalmente distintas não é o objetivo aqui, entretanto, em maior ou menor grau, esses grupos amazônicos possuem o extrativismo ligado à floresta como um elemento sociológico que gera práticas de representações múltiplas. Sendo assim, no dizer de Meirelles Filho (2004), a fauna e a flora amazônicas tão heterogêneas abrigam distintos grupos que constroem e interpretam essa espacialidade de diferentes formas. Ainda sobre essa temática, Diegues (1993) atenta que esses grupos não se veem como tradicionais, pois essa rotulação é uma interpretação exógena a essas culturalidades, criada pela academia. Esse autor ainda lembra que o atual cenário de modernidade na Amazônia, advindo da implementação de capital financeiro empresarial na região, gera um quadro em que muitos indivíduos que compartilham uma cultura de alguns desses grupos não estão necessariamente na floresta, mas sim no ambiente urbano, muitas vezes em processo de trocas culturais.

⁶ Esse termo não possui definição única e pode ser utilizado, entre outras maneiras, para descrever elementos estéticos com relação ao ambiente urbano da Modernidade ou do chamado movimento de Pós Modernidade (HARVEY, 2014). Utilizado a partir na lógica do discurso do governo militar da época (1970), seria, conforme Moser (2006), uma forma de integrar a região amazônica a outras áreas do país, o que foi feito entre outros aspectos a partir da implementação de projetos econômicos na região. A mensagem política dessa lógica, por parte desse estado, é transmitida transversalmente, na qual a Amazônia não era "produtiva" graças a sua lógica extrativista, logo, esse espaço só poderia ser uma região se fosse inserido nela o sentido econômico e social do capital financeiro e empresarial.

somando-se a isso choques culturais de grupos que chegam à região e, em maior ou menor grau, absorvem elementos culturais de grupos já sedentarizados ao espaço, como o caso de nordestinos, que durante o primeiro e segundo ciclos da borracha absorvem elementos da cultura cabocla a tal ponto que décadas depois, com a chegada de novos migrantes a região (pós década de setenta), não se distinguem das populações tradicionais da Amazônia (BECKER, 1990).

Nesse caso, percebe-se que a identidade na Amazônia é extremamente dinâmica, justamente pela necessidade de interagir e se misturar com esse meio. Esse caráter heterogêneo possibilita a existência, na Amazônia, de populações humanas com práticas culturais distintas, em que a experiência com o espaço é talvez o principal ponto de correlação entre elas.

Um exemplo da dinâmica de identidade é o caso dos migrantes do centro-sul do Brasil que chegaram a Rondônia pós década do período em pauta com um tipo de discurso civilizacional, uma vez que, no imaginário desses, a migração para a Amazônia teria acontecido porque os grupos humanos, antigos moradores da região (seringueiros, indígenas, ribeirinhos) não eram considerados aptos a formas de trabalho produtivo. Dessa forma, a partir desse elemento que se nomeia de civilizacional, criou-se uma questão de identidade e diferença: “nós e eles”, forma de compreender o mundo a partir de uma lógica binária exclusiva em relação aos migrantes centro-sulistas que se colocam como hegemônicos na região *versus* seringueiros e outras populações tradicionais da Amazônia.

De outra forma, podemos dizer que esse caráter heterogêneo forma hoje uma Amazônia, no dizer de Loureiro (2001, p. 32), com várias estéticas, com múltiplas leituras de ‘Amazônia(s)’, uma esteticidade ligada a múltiplas significações e, por consequência, diferentes identidades, o que para esse autor se define na forma de ver e sentir ao interpretar/decodificar esse trópico úmido.

Tal abordagem sobre a Amazônia que Loureiro (2001) denomina de *esteticidade* é o elemento mais marcante em seu texto, justamente a partir de uma heterogeneidade do que ele chama de *ethos amazônico*, uma vez que as diferentes manifestações humanas desse espaço possuem percepções de mundo distintas, o que Loureiro (2001) chama de *amazonicidade*, de múltiplos imaginários e devaneios, produzindo diferentes temporalidades e espacialidades.

A principal relação que se pode inferir entre História, Estudos Culturais, Migração para a Amazônia/e Rondônia é a verossimilhança com as questões culturais

ditas acima sobre o espaço amazônico; é o fato de que em todas elas, em maior ou menor grau, o poder enquanto geração de formas de forças cria essas identidades, como esclarece Corsini (2006) ao dizer que o poder em Foucault não é proibir e, sim, produzir.

Nesse sentido, o estado, enquanto centralização de um poder que se torna hegemônico, produziu na Amazônia, seja no período colonial, seja no período do Império ou segunda metade do século XX, múltiplas identidades; que de outra maneira é afirmar que essas relações de poder no âmbito político institucional provocaram choques culturais ao direcionar, em diferentes temporalidades, grupos humanos para a Amazônia.

A partir desse quadro de significações e distintas produções de mundo, crê-se que cabe aos pesquisadores em ciências humanas da própria Amazônia também dar uma contribuição analítica desses distintos sistemas de imagens e representações sociais, justificando, assim, o estudo de diferentes grupos sociais em sua fronteira, não esquecendo que a experiência vivida de determinado grupo não é a única, a bem da verdade, como enfatizado aqui, mas sim uma rede complexa com múltiplas esteticidades, como enfatiza Loureiro (2001).

A partir dessa análise, far-se-á nos próximos parágrafos uma reflexão sobre o grupo amazônico que este trabalho pretende abordar, migrantes vindos da região centro-sul do país, pós década de setenta, tendo o objetivo de conseguir propriedades agrícolas em Rondônia. Esse grupo, enquanto portador de uma centralidade cultural possui uma historicidade.

Sobre essa temática, os autores Zambiasi (2000) e Seyferth (1990) mostram que eles são uma geração herdeira de imigrantes de países como Alemanha, Itália e Polônia que se estabeleceram, a partir do século XIX, em parte dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Esses imigrantes davam grande significação à valorização laboral da terra; nesses estados também estão presentes arranjos fundiários em que uma das bases é a pequena propriedade gerenciada e compartilhada pela própria família, o que se chama neste trabalho de *Ethos Colono*.

Tal conceito é apresentado também por Tedesco (2004) para definir e problematizar formas de representações inseridas, produzidas e emitidas em uma experiência comum em um cotidiano, sendo formadas por determinados estilos de vida a respeito de regramentos morais e estéticos. Essas representações e estilos de vida discutidas a partir do *Ethos Colono* se ligam a uma lógica de distribuição de terras, a propriedade familiar, uma designação que problematiza representações culturais sob o viés da relação com a terra e com a propriedade.

É dessa forma que o referido termo, a partir do pensamento de Zambiasi (2000) e Seyferth (1990), possui uma historicidade e se liga a uma lógica cultural de um grupo social com relação à terra e ao trabalho, mostrando subjetividades, uma vez que apresenta uma dada relação produtiva da família com a terra, com o trabalho, com a produção econômica, gerando uma produção simbólica no convívio entre pessoas que compartilham essas práticas que, ao serem compartilhadas no âmbito de uma cultura, geram uma temporalidade⁷.

Essa institucionalização de uma temporalidade está baseada no trabalho como uma norma ética e, dessa forma, problematizar o cotidiano de migrantes centro-sulistas que se dirigiram a Rondônia pós década de 1970, por meio da noção de *ethos colono* é perceber as várias reconstruções de significados no âmbito social e cultural que migrantes institucionalizaram em sua memória coletiva, com relação à migração para Rondônia, o que será aprofundado mais à frente ao se refletir sobre o discurso ufanista de heróis e pioneiros por parte desses migrantes.

A migração para Rondônia: uma saída geopolítica

No Brasil, ideia de colonização é adotada há pelo menos dois séculos e, em diferentes temporalidades e espacialidades, a noção de se humanizar o “vazio” (FONSECA, 2006) apresentou-se como opção de um dado desenvolvimento para atender a interesses econômicos e sociais de certos grupos hegemônicos da sociedade brasileira. Nesse sentido, para Martins (2001), a Amazônia já foi ocupada várias vezes, sempre obedecendo a critérios e circunstâncias do tempo em que a ocupação se deu.

A referida ocupação sobre a Amazônia, projetada durante período militar, esteve ligada aos centros economicamente hegemônicos da sociedade brasileira daquele período, amplamente apoiada pelo Estado. Assim, a migração para Rondônia esteve ligada a proposições políticas dos militares para a Amazônia e, dessa forma, na região do primeiro projeto de colonização do estado, o PIC Ouro Preto, compreende-se que o que causou a migração para o Estado de Rondônia foram relações de poder no âmbito civil-

⁷ Neste trabalho, para compreender o sentido de Temporalidade, utiliza-se a concepção de Tedesco (2004) ao defender que esse termo se liga a valores éticos, morais e identitários que, ao serem compartilhados no âmbito de uma cultura de um grupo social, criam formas de se compreender o ordenamento da vida cotidiana.

militar⁸ nacional, ligando-se diretamente à manutenção de uma concentração de terras tradicionalmente presente no Brasil, o grande latifúndio.

No final da década de 1970, o governo também tinha como projeto, ao distribuir terras através de projetos de colonização em Rondônia, solucionar conflitos sociais no centro-sul do Brasil. O estado de Rondônia foi parte de uma estratégia política de diminuição da tensão nas grandes áreas rurais densamente povoadas naquele momento, pois com o quadro de mecanização da agricultura muitos produtores rurais ficaram sem propriedades e passaram a ser massa excedente de mão de obra barata para grandes fazendas (IANNI, 1979) (BECKER, 1990).

Esses produtores passaram a se vincular a elementos civis, como ligas camponesas, no intuito de reivindicação política e de contestação à falta de terras, que causou preocupação ao governo que, com o golpe civil-militar, tendia para a manutenção do quadro de terras nas áreas mais povoadas do país do sudeste e nordeste.

É nesse sentido que Rondônia, na Amazônia ocidental, através de seus projetos de colonização, surgiu como uma estratégia geopolítica. A questão política levantada acima, somada à relativa proximidade do então território Federal de Rondônia ao centro-sul do país faz, a partir da década de setenta, milhares de famílias de baixa renda e sem propriedade agrícola virem para cá, como no dizer da época “tentar a sorte em Rondônia” (MOSER, 2006, p. 8).

Ianni (1979) defende a tese de que a Amazônia foi palco de uma contrarreforma agrária. Para esse autor, o estado pós 1964, ao criar uma série de projetos de colonização na Amazônica, principalmente na década de setenta, efetivou na verdade uma escolha política, com base nos grupos que o apoiavam, de não realizar nas regiões nordeste e centro-sul do país um modelo de reforma agrária de fato.

Em outras palavras, seria desapropriar terras improdutivas e iniciar uma política agrária que eliminaria, em algumas regiões de conflitos, propriedades com elevada incidência de arrendatários, uma vez que o estatuto da terra aprovado em 1961, durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964), previa, inclusive, a desapropriação por interesse social, realizada pelo poder estatal, recaindo sobre os minifúndios e latifúndios.

⁸ Utilizou-se aqui a expressão “civil-militar” a partir de DREIFUSS (1981), em que o governo militar mantinha um diálogo entre parte da sociedade civil, como latifundiários e grandes empresários.

Os projetos de colonização tinham uma justificativa institucional registrada em relatórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), além do discurso de “vazio demográfico”, proferido pelo militar no exercício da presidência, General Emílio Garrastazu Médici, em alusão aos riscos de grupos narcotraficantes nas fronteiras do país, entretanto, as verdadeiras razões estavam relacionadas à manutenção da estrutura fundiária das regiões nordeste e sudeste do país, a isso se ligando as razões estruturais para a presença de projetos de colonização na Amazônia projetados pelo Estado. Assim,

Nessa interpretação, a colonização para Amazônia, adquire o caráter de uma contrarreforma na região nordeste e sul e em outras regiões. Para não distribuir terra nem redistribuir as terras, em nenhuma área ou região de <<tensão social>> no mundo rural, o Estado foi e continua a ser levado a realizar uma modesta <<distribuição>> ou <<redistribuição>> de terras devolutas, tribais ou ocupadas em algumas áreas da Amazônia (IANNI, 1979, p. 103).

Para Ianni (1979), o governo militar usou politicamente a colonização promovida na Amazônia como se estivesse efetivamente realizando reforma agrária no Brasil, procurando sempre apresentar colonização dirigida, oficial ou particular, como realização da reforma agrária, conforme já vinha sendo cobrado por líderes de esquerda desde antes do golpe militar.

Nesse ponto, o referido autor lembra que a ditadura instaurada no Brasil a partir de 1964 nasceu de um golpe político com forte apoio da burguesia agrária. Esse grupo se engajou no golpe, entre outras razões, porque o governo do presidente João Goulart (1961-64) havia adotado ações reformistas que se fossem concretizadas abalariam a estrutura rural no Brasil; assim sendo, o golpe instaurado pós 1964 foi para essa burguesia uma possibilidade de manutenção da estrutura fundiária nas regiões densamente povoadas do Nordeste e Centro-Sul no Brasil.

Com relação aos anos de governo de João Goulart (1961-1964), Ianni (1979) explica que se intensificou a sindicalização rural, sob o comando do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de outras organizações políticas. Dessa forma, multiplicaram-se as ligas camponesas no Nordeste e outras regiões, sob a orientação de líderes com posicionamento favorável à reforma agrária e a outras transformações no campo e na cidade. Foi nesse contexto que a burguesia agrária se engajou ampla e profundamente na organização e realização do golpe de Estado de 1964.

Além da conjuntura fundiária, somou-se a projeção de implementação capitalista financeiro e empresarial a essas regiões ditas vazias, tendo em vista que a Amazônia

passou a ser palco de megaprojetos em vários setores que visavam à acumulação de capital, beneficiando, assim, grandes proprietários e empresários atraídos pela política de estímulo fiscal e creditício do governo daquele momento para Amazônia.

Foi assim que a política de colonização desenvolvida pelo governo militar, que atraiu centenas de pessoas ligadas ao campo para a região Amazônica (a migração para Rondônia surge nesse contexto), funcionou como uma contrarreforma agrária executada pelo Estado ao distribuir alguma terra nessa região, tornando evidente que não objetivava distribuir terras em outras regiões do país onde existiam grandes latifúndios.

Dessa forma, a política institucionalizada pós 1964 fez os próprios camponeses e produtores rurais realizarem, por seus meios próprios, a partir da migração, a conquista da terra. O estado apenas executou uma espécie de contrarreforma agrária que visou à monopolização das terras pelos grandes negociantes, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários como, nas palavras de Ianni (1979, p. 127): “dar um pouco de terra para que nenhuma terra seja dada”.

O referido contexto político gerou na delimitação espacial do que viria a se tornar Rondônia seu primeiro projeto de colonização, o PIC Ouro Preto, que foi realizado pelo INCRA, órgão administrativo do Governo Federal. Conforme Becker (1990, p. 40), “o Estado é o INCRA”, no sentido da importância desse órgão para a empresa colonizadora, bem como no fato de esse ser o primeiro representante do estado a se estabelecer na região. Sobre as principais características do PIC e a atuação do INCRA nos projetos de assentamento, pode-se dizer, com base nestes autores citados, que:

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem-terra e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infraestrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo (NEVES; LOPES, 1979, p. 87 *apud* RABELLO, 2006, p. 198).

Ainda com relação às características do PIC, como mostra a Figura 02, a faixa de terras destinada a cada migrante no PIC Ouro Preto era equivalente a 100ha (cem hectares) em cada lote, ficando inicialmente situados ao longo da BR 364. O projeto ainda contava com estradas vicinais, numa tentativa de estabelecer um adentramento sobre a floresta, possibilitando expandir a colonização.

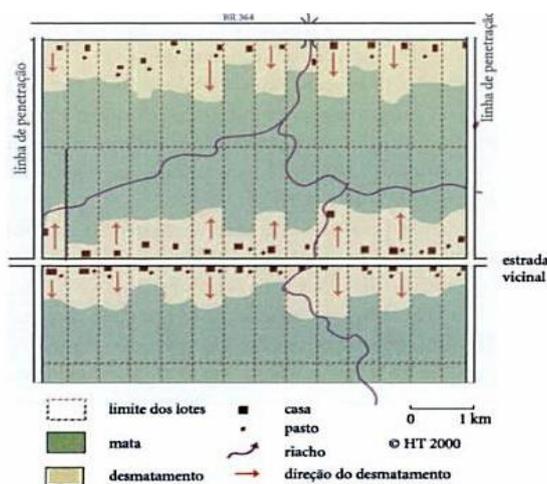


Figura 2 – Modelo de distribuição de lotes no PIC Ouro Preto.
Fonte: MELLO, 2006, p. 33.

Segundo Bassegio e Perdigão (1992), no projeto integrado de Colonização foram assentadas 5.162 famílias, em uma área total de 512.585ha, obedecendo a critérios do Plano Nacional de Desenvolvimento, no que se refere à migração para a Amazônia. Em um cenário geral, pode-se afirmar que a estratégia do estado, estimulada por intensa propaganda e combinada com a comunicação informal de parentes e amigos, provocou um aumento significativo da população do então Território Federal de Rondônia, o que anos mais tarde possibilitaria elevar este território a categoria de Estado.

A população cresceu de 36.935 habitantes em 1950, para 888.430 em 1984 (fonte Nure-Seplan/RO). (...) A maioria dos migrantes procede de Minas Gerais (26,2%) Paraná (22,1%) e Mato Grosso (14,9%) embora tenham nascido em sua maioria no Paraná, São Paulo e Minas Gerais visto que grande parte dos migrantes realizam três etapas migratórias (BECKER, 1990, p. 149).

Pensar o cotidiano em Rondônia no momento em que chegavam dezenas de famílias, de ônibus ou na carroceria de um caminhão, é refletir sobre como um estado, uma cidade ou mesmo uma linha rural, a partir de um interesse político do Estado, é criado em semanas ou meses. Nesse ponto, as contribuições de Moser (2006) são aqui interessantes, uma vez que essa pesquisadora vivenciou esse momento da formação do estado, na condição de missionária católica na região.

Chegar a Rondônia, para encontrar a nova terra, foi um sonho de inúmeros migrantes que enfrentavam uma longa viagem por uma estrada desconhecida e sem pavimentação, com os seus poucos pertences fretados numa pick-up ou num caminhão em duas ou três famílias que dividiam o combustível ou ainda era utilizado o *pau-de-arara* coberto com uma lona, cujas pessoas ficavam expostas a todas as intempéries da viagem. Ou ainda, com frequência acontecia por parte

dos fazendeiros que alugavam um ou mais desses caminhões, conforme o seu investimento em suas terras, que, através do “gato” (espécie de um capataz, pessoa de sua confiança) arregimentavam trabalhadores do sul-sudeste para trabalharem em sua fazenda com promessas de toda infraestrutura, casa, comida, assistência médica e salário, e chegando às cidades, essas pessoas eram “descarregadas” na rodoviária aonde um caminhão do fazendeiro vinha para levá-los à fazenda (MOSER, 2006, p. 90).

Ainda para Moser (2006), na maioria das vezes, os homens como patriarcas deixavam a família no seu local de origem que, no dizer da época, ‘vinham na frente’, para dar início ao roçado, construir um “barraco” e, em um período de alguns meses, buscar a família ou mandar buscar através dos seus parentes ou conhecidos e muitas vezes nesse retorno vinham outros parentes. Todas essas estratégias que trouxeram movimentos humanos para a Amazônia, pós década de setenta, são elementos políticos presentes nas estratégias do governo civil-militar para a Amazônia que foram consubstanciados no programa PIN - Política de Integração Nacional.

Sobre a imagem de Amazônia construída por órgãos de propaganda do governo, percebe-se que existe como pano de fundo toda uma questão política no interesse do Estado na migração para a Amazônia. Antes mesmo da década de setenta, essa região já tinha mostras disso, pois em 1943 o Brasil em guerra declarada contra o eixo recrutara nordestinos como soldados para a extração da borracha. Para isso, o estado usou os recursos da propaganda oficial, requintada e ostensiva, habilmente elaborada pelo SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), por meio da qual espalhava cartazes nas regiões para as quais o estado sentia interesse em direcionar pessoas, no caso para a Amazônia.



Figura 3 – Propaganda estatal para atrair nordestinos durante a segunda guerra mundial

Fonte: Arquivo Pessoal Dante Ribeiro da Fonseca⁹, 1943.

A Figura 03 revela que em décadas anteriores a 1970, o estado, enquanto catalisador de forças (FOUCAULT, 1979), já usava a propaganda para atrair contingentes humanos para a região amazônica. Para isso, procura criar uma imagem de Amazônia como local vazio e não ocupado, a espera de pioneiros para “desbravarem” a região. Propaganda semelhante é utilizada durante a década de setenta pelo governo civil-militar, institucionalizado pós 64, para atrair massas de agricultores de baixa renda e com mão de obra familiar para rodovias federais ao longo das rodovias na Amazônia.

Sendo assim, compreende-se, como dito anteriormente, que Rondônia surgiu em um contexto geopolítico. O Estado tendo a intenção de manter a configuração de terras no centro-sul do país, que privilegiava e beneficiava uma elite civil que apoiou o golpe militar, projeta a vinda de trabalhadores rurais sem terra para Rondônia pós década de setenta.

A Elite civil, composta por grandes latifundiários e empresários, juntamente com o Estado Militar que a representava, promovendo políticas institucionais, tinha receio de trabalhadores rurais se filiares a instrumentos civis em busca de reivindicação de terras e buscar discontinuidades em questões fundiárias no Brasil, então, criou a política de colonização em regiões ditas “vazias” do país, e tal medida funcionou como “válvula de escape” para manutenção da dinâmica dita acima (BECKER, 1990). Nesse contexto que o governo passa a veicular propaganda na mídia, criando uma imagem de “Rondônia, o novo Eldorado” e de “Rondônia a Espera de Pioneiros¹⁰”.

⁹ Doutor em ciências socioambientais (UFPA), Membro do Colegiado em História da Universidade Federal de Rondônia e Pesquisador de História da Amazônia.

¹⁰ O imaginário construído pela questão dita acima é ainda muito forte entre os rondonienses; basta olhar o hino de Rondônia que em várias passagens faz referência a essa forma de “herói” e “pioneiro”, ou mesmo a última propaganda da Assembleia Legislativa de Rondônia, em 2015, financiada com o dinheiro público e veiculada em rede de TV aberta no estado, com o seguinte trecho: “Diante de tanta beleza só nos resta trabalhar, porque todos nós somos destemidos pioneiros”. Reflete-se que, se uma equipe contratada de publicitários decide realizar uma propaganda com esse enfoque político é porque sabe que essa simbologia será consumida e aceita, uma imagética de Rondônia como terra de heróis que, ao invés de mostrar, na realidade, esconde. Essa estratégia de *marketing* esconde possibilidades de reflexão a respeito de outros grupos sociais que também são rondonienses e são extremamente vulneráveis, do ponto de vista do acesso à cidadania. Ainda ligando à cidadania a ideia de ser, ao dizer da propaganda, um “destemido pioneiro”, o que também não garante acesso a condições positivas de bem-estar social, bastando para isso perceber a qualidade no acesso a serviços públicos básicos como saúde e educação em Rondônia.

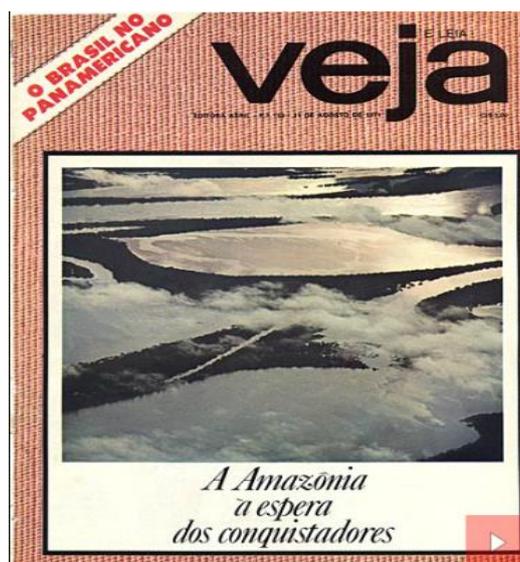


Figura 04 – Capa da Revista Veja, 11 de agosto de 1971.

Fonte: Arquivo Digital da Revista Veja.

Um bom exemplo desta conjuntura da época é apresentado aqui nas Figuras 04 e 05 que mostram duas capas da *Revista Veja*, uma de 1971, falando da Amazônia como um todo, e outra, de 1982, menos geral, fazendo referência ao então novo estado de Rondônia como a “estrela no Oeste”. A capa de 1971 traz: “A Amazônia a espera de conquistadores” que, aliada ao recurso imagético da ilustração, cria uma percepção de Amazônia como um espaço vazio a ser conquistado.

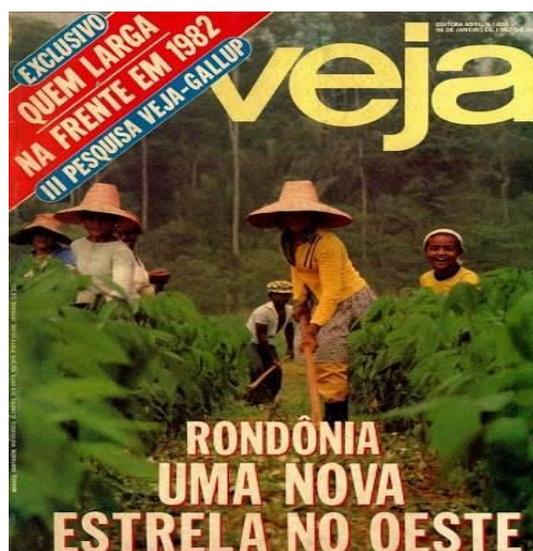


Figura 05 – Capa da Revista Veja, 1982.

Fonte: Arquivo Digital da Revista Veja.

O discurso de pioneiro por parte desses migrantes centro-sulistas pós década de setenta, como já evidenciado aqui, está amparado no trabalho, afinal, no discurso difundido na época os grupos humanos legitimamente amazônicos não eram aptos a atividades produtivas, uma vez que esses migrantes do centro-sul traziam a lógica civilizacional para esta região segundo sua percepção, uma vez que em seu imaginário possuíam/possuem trabalho produtivo. Basta ver o discurso político identificado entre vários desses migrantes centro-sulistas: “não vim para bagunça, vim para trabalho”¹¹, um pano de fundo para garantia institucional da posse de sua propriedade, uma vez que ligam trabalho a sua condição de agora homem amazônico.

Esses migrantes passam, então, a outorgar na fronteira amazônica seu tempo ao espaço, não importando ver as populações tradicionais da Amazônia como elas são; muito pelo contrário, começa-se um processo de negação das qualidades do homem amazônico, nomeando-o e entendendo-o como primitivo, preguiçoso, portador de maus instintos, enfim, uma gama de adjetivos que o mostram como inapto ao trabalho.

O nascimento e o desenvolvimento do signo estão relacionados com os fluxos sociais, culturais e históricos, a constituição do sujeito que nomeia ocorre através do discurso, este entendido como um conjunto de estratégias que fazem parte das suas práticas sociais. ‘A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico vivencial’ (BAKHTIN, 2004, p. 95).

Percebe-se, portanto, que o discurso político do Estado, propagado na década de setenta, está carregado de ideologias ao projetar fluxos migratórios para a Amazônia. Nas propagandas do período, veiculadas nas modalidades verbal ou não verbal, visualiza-se claramente formas e posicionamentos condicionados pelo modo de ver e conceber a política no Brasil pós 1964, uma vez que se buscava atender aos interesses de uma elite hegemônica, em relação à manutenção da configuração de terras nas áreas rurais densamente povoadas do centro-sul do país.

Entende-se que, então, funda-se uma significação de temporalidade e cuja significação é a que se discutiu acima, de uma Amazônia vazia, um discurso de negação das múltiplas etnicidades¹² na fronteira, tendo em vista que a temporalidade hegemônica é a do trabalho produtivo, da Amazônia para destemidos pioneiros.

¹¹ Nivaldo Oliveira, Entrevista em julho de 2012. Disponível: Arquivo CDEAMPRO.

¹² Pensou-se este termo a partir de Edgar; Sedgwick (2003). São grupos com práticas de significações comuns e compartilhadas no âmbito de uma cultura.

“Nós” e os “Outros”: Identidade e diferença

Para realização de nossa pesquisa, foram realizadas entrevistas com aplicação de questionários previamente elaborados e entrevistas semiestruturadas, conforme Alberti (1990) e Montenegro (2012), com roteiro de perguntas estabelecidas a partir dos objetivos de pesquisa, onde o entrevistado é indagado e elabora sua resposta a partir de suas significações culturais.

Com um contato mais aberto, as entrevistas não foram marcadas com um clima de formalidade institucional e foram feitas em geral na própria casa do entrevistado, na presença da família, deixando-o aberto a falar de suas significações, desejos, vitórias, derrotas e seus ensinamentos. Os contatos com esse grupo de migrantes foram feitos e ainda o são, de modo informal, no interior do estado de Rondônia, principalmente na cidade de Ouro Preto do Oeste (RO), a partir de um vínculo de conhecimento que se desenvolve ao longo desses anos entre estas famílias da região.

Utilizando a dimensão metodológica de Montenegro (2012) e Alberti (1990) essas entrevistas foram gravadas acompanhadas de realização de fotografias digitais (acima de 12MP). Essas imagens são importantes porque ajudam a compreender aspectos das significações culturais compartilhadas pelos entrevistados, a partir da correlação entre oralidade e sua cultura material como vestimenta, organização da casa ou objetos de memória.

Os pesquisadores, do ponto de vista ético (MONTENEGRO, 2003), optaram por não pedir assinatura do Termo de Cessão de Direitos Sobre o Depoimento de imediato, logo após as entrevistas. Essas primeiramente foram transcritas, impressas e apresentadas aos entrevistados em uma segunda visita, para então, serem realizadas as assinaturas.

Nesse segundo momento foi informado aos entrevistados que seus depoimentos fariam parte do trabalho de pesquisa que tinha por objetivo investigar a migração para Rondônia pós década de setenta, sendo essa pesquisa pública e por consequente disponível a qualquer indivíduo que se interesse em ler esse trabalho. A partir dessa informação a grande maioria dos entrevistados permitiu o uso do próprio nome, entretanto, em alguns casos o entrevistado se sentiu mais à vontade pela substituição por um nome fictício, o que foi realizado pelos pesquisadores.

Os dados resultantes desse contato, as entrevistas, compõem o arquivo do Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre e Memória e Patrimônio do Rondônia – CDEAMPRO. No direcionamento desta pesquisa quanto à oralidade desses migrantes buscou-se refletir sobre como os significados simbólicos dos migrantes, que se dirigiram para Rondônia pós década de setenta, relacionados à valorização do trabalho, da família, ao trabalho como norma ética, ao trabalho correlacionado ao progresso econômico permeiam os universos simbólicos desse grupo, marcando presença na adaptação em relação a sua nova realidade espacial em Rondônia.

O contato com os migrantes entrevistados ao longo de projetos de pesquisas institucionalizados, no âmbito do PIBIC/UNIR remete os pesquisadores à percepção de que os migrantes centro-sulistas viam com certa hostilidade e desprezo o modo de vida das populações tradicionais amazônicas já sedentarizadas na região, resultante de choques culturais entre indígenas, europeus e o próprio nordestino vindo para a Amazônia em virtude do surto gutífero no século XIX.

O desprezo pelas populações tradicionais aparece de forma sutil e subjetiva na fala de um dos entrevistados que, ao ser indagado sobre o relacionamento com os seringueiros que já habitavam a região durante a execução do Projeto PIC Ouro Preto, profere a seguinte fala, acompanhada de uma expressão facial de desprezo: “é um povo sem cultura, um povo diferente, do mato”¹³.

A frase dita pelo entrevistado referido anteriormente remete a inúmeras leituras, visto que, no imaginário desses migrantes vindos do Centro-Sul do país, as populações tradicionais da Amazônia produziram atividades culturais inferiores e a razão não é única, mas parece se concentrar naquilo que Teixeira (1998) define como visões de naturezas distintas, que produzem discursos culturais opostos sobre a relação com o ambiente. Para essas populações, a manutenção da floresta seria essencial, visto ser a razão de sua manutenção cultural e econômica e, para o colono, a derrubada da mata fazia parte de sua lógica de trabalho, configurando-se como primeiro passo para a prática da agricultura.

Compreende-se que este quadro de contraposições de discursos ocorre em função de culturas também distintas postas abruptamente em um mesmo espaço de colonização, compreendendo, no dizer de Teixeira (1998), que a natureza, enquanto meio de interação

¹³ Entrevista realizada com Pedro Lucas em 06/2013. Nome Fictício registrado a pedido do Entrevistado. Entrevista disponível do Arquivo do Centro de Documentação e Estudos Avançados Sobre Memória e Patrimônio de Rondônia – CEDEAMPRO.

do homem, também é percebida, sentida e imaginada de forma distinta, gerando várias significações, experiências e identidade, em relação a cada grupo que com ela interage.

Essa marcação da diferença ocorre, tanto por meio de sistemas simbólicos de representações como por meio de formas de exclusão social. Para Hall (2012), a identidade também depende da diferença; identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística, uma vez que são ativamente produzidas em um mundo social e cultural. Sendo assim, ambas são fabricadas através da linguagem como criações sociais e culturais.

Afirmar que são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem, o que parece óbvio, mas como são compreendidas nesta discussão como certos “fatos da vida”, esquece-se com frequência que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas, sendo, por meio de atos de fala, instituídas como tais.

Os pronomes “Nós” e “Eles”, na teoria de identidade e diferença de Hall (2012), não são simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores do que o autor chama de posição-de-sujeito, evidenciando fortemente marcas de relações de poder. Esse autor trata identidade e diferença dentro de produções simbólicas e discursivas. Nesse sentido, a identidade, assim como a diferença, é uma relação social com aquilo que ele chama de vetores de força que, ao se enfatizar a identificação e evidenciar o diferente, traduz-se o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, garantirem o acesso privilegiado aos bens sociais.

Nota-se, na oralidade dos migrantes que viveram a experiência da chegada a Rondônia pós década de setenta, uma forma negativa ao falar dos grupos humanos já presentes na região e esse imaginário negativo sobre outras culturas se relaciona também à posse de sua propriedade rural. O migrante centro-sulista tenta negar a existência deste “outro”, afinal, como já enfatizado aqui, na própria propaganda feita por agências do governo durante a década de setenta, a Amazônia seria um espaço vazio, e negar a existência de outros grupos e eleger sua existência como hegemônica configurava-se como uma forma também de garantir e justificar a posse de sua propriedade agrícola, amparada no discurso de trabalho produtivo.

É a partir desses elementos de identidade e diferença, entre centralidades culturais distintas em Rondônia, que se afirma que a institucionalização de discursos por uma memória social é pensada em termos étnicos, pois o grupo constrói sua memória social tendo como matéria prima a diferenciação entre “eu” e “eles”; esse é o principal

fator de diferenciação no âmbito cultural que aparece em fragmentos de memória como uma forma de seleção de discurso como visto acima, por parte dos migrantes centro-sulistas que se dirigiram para Rondônia pós década de setenta ao serem indagados sobre a presença de outros grupos sociais.

Outro elemento que produz, na ótica desses migrantes em Rondônia, esta noção de diferença é a forma de compreensão do trabalho, uma vez que a produção agrícola de muitas populações tradicionais da Amazônia, como os seringueiros, está basicamente voltada para o autoconsumo, tendo em vista seu relativo isolamento na floresta e sua forma de produção que dava pouca importância à noção de propriedade privada.

Dessa forma, tais diferenciações no âmbito da percepção de trabalho promoveram contraposições entre esses grupos, migrantes centro-sulistas *versus* seringueiros e indígenas. Para esses migrantes, a noção de trabalho árduo e produtivo na terra liga-se à percepção de honra e sacrifício, sendo uma das razões de terem migrado para Rondônia, uma vez que no seu imaginário as populações tradicionais da Amazônia eram preguiçosas, não sendo propícias a atividades produtivas.

A compreensão de que o elemento de valorização do trabalho como um dever moral se liga diretamente à centralidade cultural dos migrantes, presente não apenas nos primeiros anos da migração, possibilita a percepção de que as novas gerações que permaneceram no campo no interior de Rondônia também compartilham essa lógica de valorização do trabalho, embora em muitos momentos tenham negociado essa identidade e também compartilhado outros elementos identitários, fruto da disseminação de meios de comunicação no meio rural, ou até mesmo por terem estudado no ambiente urbano.

Em depoimentos conduzidos no período de 2007 a 2014¹⁴, fato muito comum é o chamado mito de origem, aparecendo uma dimensão de uma cultura ligada a um espírito empreendedor, como se pode comprovar nos trechos a seguir: “Assim que chegamos era tudo mata, sem estrada, era tudo na picada com o facão”; “Quero dizer para você que aqui só trabalhava quem tinha disposição mesmo”¹⁵.

Percebe-se que existe na memória coletiva¹⁶ desses migrantes uma espécie de signo relativo à construção da propriedade da terra, vinculado à ideia de serem pioneiros e terem vencido a natureza, além de excluir ou minimizar o papel das populações tradicionais já presentes em Rondônia. Os migrantes mais velhos relatam com orgulho

¹⁴ Os depoimentos estão disponíveis no arquivo do Centro de Pesquisas Avançadas em Memória e Patrimônio de Rondônia-CDEAMPRO.

¹⁵ Entrevista com Jerônimo Francisco De Oliveira, realizada em 06/2011.

¹⁶ Utiliza-se aqui a noção de memória coletiva de Halbwachs (2003), sendo os elementos escolhidos por um grupo social sobre o passado para serem lembrados no presente.

o fato de se apresentarem como pessoas que se sobressaíram e cresceram, economicamente, e como pessoas que venceram as adversidades na relação homem e natureza e, por conta disso, são as populações legítimas e donas da terra.

Partindo da percepção teórica de Halbwachs (2003) e Tedesco (2004) de que memória é uma reconstrução do passado de acordo com fustigações do mundo presente, as representações sociais em relação ao mundo do trabalho apresentam-se como uma forma de dar um sentido imediato à vida dos migrantes, em relação à legitimação de sua vinda para Rondônia e suas propriedades agrícolas, colocando sua presença nesta região como pioneira ou mesmo heroica.

Visualiza-se que nessa região a presença de uma memória ligada à terra, acompanhada de uma valorização do trabalho na propriedade do migrante. Observa-se, também, uma ligação à ótica do sacrifício e, nesse sentido, uma casa farta de comida é um elemento de suma importância, dentro do que se chama aqui de *ethos colono* a revelar que, uma vez que há comida em abundância, no imaginário desses migrantes, se relaciona diretamente também à abundância do trabalho das pessoas ligadas ao núcleo familiar.

A partir dessa constatação a frase: “*viver da terra, com a terra e para terra*” (TEDESCO, 2004, p. 67) reflete bem o elemento sociocultural desse grupo vindo do centro-sul do país, que pratica a agricultura familiar, onde ter resultados produtivos a partir de sua propriedade agrícola é uma norma ética e se liga diretamente à identidade social.

Também se compreende que a relação do que esses migrantes chamam de trabalho duro na terra e as dificuldades de adaptação contribuem para que eles desenvolvam uma forma de discurso progressista, político e econômico do pioneirismo, “fomos os primeiros a chegarem aqui”¹⁷. Observa-se que os migrantes entrevistados fazem questão de enfatizar que carregam no corpo e na experiência da vida as marcas do trabalho, sendo visível na memória desse grupo uma ênfase na relação entre perdas e ganhos na migração, o que permite a conclusão de que evidenciam os ganhos financeiros e a família construída.

Sabe-se que a memória é um elemento fértil na criação de um discurso institucionalizado em uma memória coletiva, criando uma determinada temporalidade na qual se fundem referências sobre episódios. Nesse sentido, como já enfatizado aqui, observa-se uma imagem mental sobre a valorização de ganhos com o trabalho em várias

¹⁷ De alguma forma este pensamento sempre estava presente no decorrer das entrevistas.

narrações de migrantes. “Aqui onde é a minha casa era tudo mata, o sofrimento foi muito grande, mas o que devíamos fazer? Só o fato de Deus me dar muita força foi muito”¹⁸.

Trouxe o meu comboio pra dentro da mata virgem. E, eu fui lutando, lutando, lutando lá. Mas com tamanha sorte quando eu cheguei aqui achei gente que eu nem imaginava estar aqui. Encontrei um casal que eu peguei os filhos deles lá em Minas Gerais foi os primeiros filhos deles, quando eu fui pra Mato Grosso peguei mais um, a mãe dos dois primeiros tinha morrido e o homem tinha casado de novo e ele estava com a nova mulher e eu tornei a pegar o primeiro filho da segunda mulher, eu to bem aqui achando que estava no meio de pessoas estranhas e lá eu o achei de novo com a mulher grávida de novo. Por causa deles descobriram que eu olhava mulher, gente eu trabalhava o dia inteiro batia foice e outra hora era de enxada, quando chegava de noite eu não tinha prazer de dormir de tão cansada que estava. Andava da quarentinha final da linha até Tarilândia perto da serra e voltávamos pra trás pro lado de Jarú até a 32¹⁹.

Sobre essa memória do trabalho, percebe-se que existe uma institucionalização na memória coletiva entre os migrantes entrevistados, ao buscar a valorização como civilizados e portadores de trabalhadores e por isso, na percepção deles, eles teriam vencido a natureza em Rondônia. Sendo assim, procuram representar a esfera do trabalho quase sempre ligada aos ofícios e sacrifícios de uma vida sofrida que enfrentaram na migração para Rondônia.

É a partir dessa compreensão que mescla pioneirismo com progresso econômico que se compreende que o cenário da vida social desses migrantes é determinado por formas de representação do passado, construído no presente. De alguma forma, isso se liga a categoria de pensamento de Anderson (1982) sobre “Comunidade Imaginária”, uma vez que a significação dessa oralidade se correlaciona diretamente a representações produzidas por esse grupo que, de certa forma, institucionaliza como se deve lembrar o passado a partir de um presente.

Ligado a isso, existe uma construção institucionalizada na memória dos migrantes que atestam a humanização da paisagem em Rondônia, afinal existe um simbolismo muito grande entre eles em serem os primeiros a desbravar, limpar, construir, tudo isso sob a ótica do sacrifício, o que revela, na percepção deles, que o homem, em um lugar rudimentar, aos poucos progrediu e o tornou apto à moradia humana, graças à ação de seu trabalho.

Não se está aqui afirmando que a oralidade desses migrantes deve ser justificada apenas a partir desta relação do homem e trabalho, mas se entende que ela é um elemento

¹⁸ Entrevista com Luiza De Oliveira Souza, realizada em 06/2008.

¹⁹ Entrevista com Dona Luiza, realizada em 06/2008. Entrevistas disponíveis no Arquivo do Centro de Documentação e Estudos Avançados Sobre Memória e Patrimônio de Rondônia – CEDEAMPRO.

cultural que evidencia o enquadramento de análises sociais. De alguma forma, defende-se que analisar essas memórias é algo que vai muito além do simples quadro ufanista, pois ela mostra como esses indivíduos constroem uma memória social, cheia de significações dentro de um contexto histórico social e cultural, a migração para a Amazônia/ e Rondônia.

Considerações Finais

Compreende-se neste estudo que Rondônia enquanto parte da região Amazônia compartilha aspectos do que Loureiro (2001) chama de *Ethos Amazônico*, pois no estado residem grupos sociais que o percebem de formas distintas, visto que em todos os casos cada um compartilha uma lógica própria de interpretação da floresta, da agropecuária e do urbano, a partir de seu rol de representações culturais, cria seus mitos e interpreta Rondônia/ e a Amazônia a partir dessas representações culturais.

Nesse sentido, ao refletir sobre historicidades amazônicas, procurou-se reconhecer a dinâmica dessa Amazônia heterogênea que, em diferentes temporalidades e a partir de diferentes interesses, produziu choques culturais entre os distintos atores socioculturais que experienciaram essa espacialidade. Sobre essa análise, espera-se que, ao se aprofundar a reflexão sobre as significações e representações culturais de migrantes centro-sulistas pós década de setenta, não se tenha passado uma compreensão acadêmica de aceitação/reprodução das imagens construídas desse grupo que procura ser hegemônico em Rondônia.

Ao contrário, tentou-se aqui, a partir do norte teórico metodológico dos Estudos Culturais, evidenciar como essas imagens muitas vezes se chocaram com representações e visões de mundo sobre a Amazônia, gerando conflitos quase sempre sangrentos para os grupos que não compartilhavam as representações culturais dos que se consideravam hegemônicos e portadores do apoio do estado pós década de setenta.

Muitas considerações realizadas nesse trabalho foram construídas a partir da oralidade de migrantes colhidas pelos autores em diferentes projetos de pesquisas institucionalizados na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Essa oralidade, enquanto experiências de indivíduos revelam aspectos tanto da relação com o individual e com o coletivo.

Em conclusão, os símbolos que estão vivos na memória dos migrantes se atualizam sendo reconstruídos, fazendo parte constituinte da identidade do grupo, dado que nos possibilitou a opção da abordagem da oralidade enquanto metodologia (MONTENEGRO, 2003, 2012), no sentido de propiciar uma forma de compreensão dessas reinterpretações de modo de vida, uma vez que ao ser recriado possui temporalidade e pode ser historicizado.

Com base nesse viés, compreende-se que a experiência humana como práticas culturais que permeiam um cotidiano faz parte constituinte dessa reconstrução e, pensando assim, o pesquisador em ciências humanas pode problematizar a reconstrução do cotidiano por grupos sociais, a partir do que Tedesco (2004) chama de materialidade da experiência, enquanto representações culturais, lembrança, memória e símbolos.

E, pensando assim, o historiador, de forma interdisciplinar e com os posicionamentos teóricos metodológicos dos Estudos Culturais (CEVASCO, 2003) (HALL, 2012), pode problematizar essa questão através da oralidade, percebendo como, a partir dessas representações, grupos humanos constroem socialmente seu mundo.

Ressalve-se que, do ponto de vista qualitativo, entende-se que se faz importante, para concretização da pesquisa em humanidades na Amazônia, abordar elementos relacionados às práticas de representações dos diferentes grupos humanos que vivenciam essa espacialidade, e por isso é necessário conhecer como pensam, como viveram/vivem e principalmente como produzem, reproduzem e interpretam o local em que vivem por meio de práticas de significação ligadas à sua identidade.

Ao final deste trabalho, afirma-se que a pretensão não foi totalizante, pois se sabe que a discussão aqui em estudo é algo que, do ponto de vista teórico-metodológico em construção há décadas, tocou apenas em parte das temáticas, com o objetivo de problematizar a migração em Rondônia/Amazônia. A partir dessa compreensão, espera-se ter contribuído para o debate e que este trabalho sirva de estudo bibliográfico para demais pesquisas que tenham como objeto migrações e suas correlações com objetos identitários.

THE MIGRATION TO RONDÔNIA (BRAZIL) AFTER 1970: A CULTURAL STUDY

Abstract: The construction of knowledge in this work is embodied in theoretical and methodological north of Cultural Studies, subject that presents the study of culture as a reflection of socially built and shared experiences in a social group. Through bias of policy issues, the general objective of this research was to understand how positions and speeches about Amazon, in different times, are linked to the interests of civil and political groups, raising to concrete actions in social field that eventually influenced, directly or indirectly, the cultural field many times. These debates are present in this work, seeking to understand how cultural experiences center-southern migrants after the seventies built in Rondônia a pioneering vainglorious speech in their social memory, contrary to the understanding and experience of social actors of a multiple Amazon, experienced differently in its spatiality. Parallel to this element, people discuss the sociological causes of migration to Amazon/Rondônia, showing that they are linked to the maintenance of land configuration in Brazil after 1964.

Keywords: Migration, Rondônia, Culturalities, Cultural Studies

Referências

- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BASSEGIO, Luiz; PERDIGÃO, Francinete. *Migrantes Amazônicos*. São Paulo: Loyola, 1992.
- BECKER, Berthar K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CORSINI, Leonora. Pensando a identidade no contexto das migrações. *Psicologia & Sociedade*; 18 (3): 23-33; set/dez. 2006
- COSTA, Francisco de Assis. *Capital Estrangeiro e Agricultura na Amazônia: A experiência da Ford Motors Company (1922-1945)*. Tese (Doutorado em Ciências sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1981.
- DANTE, Ribeiro da Fonseca. *Estudos de História da Amazônia*. Porto Velho: Gráfica e editora Maia, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK Peter. *Teoria Cultural de A a Z: Conceitos – Chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. *Da Diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

IANNI, Otávio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979

JOHNSON, Richard. *O que é afinal os estudos culturais?* Belo Horizonte: Autentica, 2010

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras editora, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Vozes: Petrópolis, 1986.

MARX, Karl. *O Capital, livro 1, capítulo VI*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 70-80.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. *O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004

MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006

MOSER, Lilian Maria. *Formação de Capital Social do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção dos Produtores de Ouro Preto d'Oeste – RO*. 2006. P 50-192. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Belém.

MONTENEGRO, Antônio T. (Org.). *História Oral e Memória: A cultura Popular Revisada*. Contexto: São Paulo, 2003.

_____. *História Oral, desigualdades e diferenças*. Editora da UFPE; e UFSC, Recife: 2012.

RABELLO, Antônio Claudio. *Invenção do outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônicas*, Tese - Universidade Federal do Pará, Brasil, 2006

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Editora da UNB: Brasília 1990.

TEDESCO, João Carlos. *Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visões da natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC, 1999.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia, Natureza, Homem e Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: Um Estudo da Percepção. Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

ZAMBIASE, José Luís. *Lembranças de Velhos: Experiência dos velhos migrantes italianos do oeste catarinense*. 2ª Ed. Chapecó: Universitário Grifos, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Lilian Maria Moser é doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Eduardo Servo Ernesto é mestre em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Recebido em 21/04/2016

Aceito em 31/05/2016